

**Nossos números
são grandes.**

**Mas o nosso
maior orgulho
mesmo são
os planos
que ajudamos
a realizar.**

**Em 2017, a Brasilcap distribuiu R\$ 153,4 milhões
para mais de 30 mil títulos contemplados.**

O faturamento também foi expressivo: aproximadamente R\$ 4,9 bilhões.
E o valor dos ativos totais chegou a R\$ 11,5 bilhões. Tudo isso consolida a empresa
como referência do mercado de capitalização e traz a certeza de que iremos realizar
ainda mais planos este ano.

Brasilcap Capitalização S.A. • CNPJ 15.138.043/0001-05 • SAC e Central de Atendimento: 0800 729 0800
Ouvidoria: 0800 729 3478 • Deficientes Auditivos /Fala: 0800 729 0088 • www.brasilcap.com.br

BRASILCAP

BRASILCAP**BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em 2017, o desempenho da atividade econômica, em conjunto com a trajetória de queda da inflação, possibilitou uma significativa redução da taxa básica de juros com forte impacto nas condições do mercado financeiro. Embora essa tendência pudesse comprometer a rentabilidade da carteira de investimentos, a estratégia de gestão dos ativos adotada pela Brasilcap possibilitou a tomada de decisões que impactaram positivamente o resultado da Companhia.

O desempenho da Companhia no exercício permitiu alcançar lucro líquido de R\$248,7 milhões, o que representou um retorno de 55,13% sobre o PL. O faturamento no exercício foi de aproximadamente R\$4,9 bilhões. As reservas técnicas ficaram muito próximas dos R\$ 10,0 bilhões, enquanto que o valor dos ativos totais chegou a R\$11,5 bilhões.

A Brasilcap manteve sua trajetória vitoriosa dos últimos anos. Norteada por uma estratégia de negócios eficiente, sustentável e inovadora, a Companhia lançou o novo portfólio de produtos Orocap Negócios PJ, que desde junho/2017 é comercializado na Rede do Banco do Brasil.

Firme em sua expansão de negócios, a Brasilcap também obteve resultados importantes em parcerias nas modalidades Popular com os Correios (PostalCap) e com o Grupo Votorantim (Parcela Premiável), além de manter o foco em soluções como o Cap Fiador (produto que oferece garantia locatícia) e o Promocap (título da modalidade de incentivo para incremento de negócios para empresas). O faturamento de produtos fora do balcão BB chegou a R\$438,5 milhões.

O desempenho da Brasilcap se reflete nos prêmios distribuídos, que ajudaram a realizar os planos de vida de clientes em todo o país. No exercício de 2017, foi entregue o montante de mais de R\$153,4 milhões para mais de 30 mil títulos contemplados.

A Companhia declara que os ativos financeiros são administrados de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos,

inclusive sem a necessidade de alienar os títulos marcados na categoria III - Títulos Mantidos até o Vencimento, no montante de R\$5,1 bilhões, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15.

O estatuto social da Brasilcap estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício após destinações legais. Para o lucro líquido apurado no exercício de 2017, a política de gestão de capital da Companhia estabelece diretrizes para a manutenção do Patrimônio Líquido em volume suficiente para garantir a solvência da Companhia e ativos líquidos livres, conforme estabelecido pelo órgão regulador, através da Resolução CNSP nº 321/15.

A Brasilcap obteve reconhecimentos expressivos durante o ano de 2017. A Companhia foi reconhecida como a "Melhor Empresa de Capitalização do País" pelo Jornal Estado de São Paulo, por meio dos anuários Finanças Mais e Empresas Mais. O Jornal Valor Econômico (anuário Valor 1000), por sua vez, elegeu a Brasilcap como a "Maior Empresa de Capitalização do País". De relevância nacional, as publicações cruzaram diversos indicadores econômico-financeiros registrados de janeiro a dezembro de 2016, que colocaram a Companhia na dianteira dos rankings veiculados. A Brasilcap também recebeu, pelo sétimo ano consecutivo, o Certificado Empresa Cidadã, conferido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ).

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, à força de vendas do Banco do Brasil, dos Correios, do Banco Votorantim, a todos os demais parceiros comerciais e aos nossos colaboradores.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2017		31/12/2016		PASSIVO	Nota	31/12/2017		31/12/2016	
CIRCULANTE		6.959.487	8.607.947			CIRCULANTE		10.132.157	11.006.213		
DISPONÍVEL		35	88			CONTAS A PAGAR	13	175.805	229.201		
Caixa e Bancos		35	88			Obrigações a Pagar		30.381	18.586		
APLICAÇÕES	5	6.935.890	8.585.938			Impostos e Encargos Sociais a Recolher		2.313	2.038		
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	8	11.481	10.517			Encargos Trabalhistas		3.588	3.138		
Créditos das Operações de Capitalização		11.481	10.517			Impostos e Contribuições		100.379	195.716		
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		7.291	6.544			Outras Contas a Pagar		39.144	9.723		
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	9	3.116	3.391			DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO	12	4.152	14.213		
Títulos e Créditos a Receber		-	40			Débitos Operacionais		4.152	14.213		
Créditos Tributários e Previdenciários	10	78	815			PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO	14	9.952.200	10.762.799		
Outros Créditos		3.038	2.536			Provisão para Resgates		9.695.623	10.445.514		
DESPESAS ANTECIPADAS		1.674	1.469			Provisão para Sorteios		181.470	234.883		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.521.355	3.700.744			Provisão Complementar de Sorteio		3	3		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.515.079	3.693.496			Provisão para Distribuição de Bônus		75.104	82.399		
APLICAÇÕES	5	3.409.320	2.772.122			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		993.268	851.386		
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	9	1.105.748	921.347			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		993.268	851.386		
Créditos Tributários e Previdenciários	10	166.650	152.757			OUTROS DÉBITOS	11	993.268	851.386		
Depósito Judiciais e Fiscais	11	939.098	768.590			Provisões Judiciais		993.268	851.386		
DESPESAS ANTECIPADAS		11	27			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	355.417	451.092		
INVESTIMENTOS		1.185	1.206			Capital Social		231.264	231.264		
Imóveis Destinados a Renda		141	162			Reservas de Lucros		124.153	219.828		
Outros Investimentos		1.044	1.044			TOTAL DO PASSIVO		11.480.842	12.308.691		
IMOBILIZADO		3.004	2.766								
Imóveis de Uso Próprio		181	200								
Bens Móveis		2.464	2.149								
Outras Imobilizações		359	417								
INTANGÍVEL		2.087	3.276								
Outros Intangíveis		2.087	3.276								
TOTAL DO ATIVO		11.480.842	12.308.691								

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto o Lucro Líquido por ações em reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	16	665.328	933.132
Arrecadação com Título de Capitalização		4.893.328	5.649.456
Variação da Provisão para Resgate		(4.228.000)	(4.716.324)
Variação das Provisões Técnicas	16	(28.365)	(50.961)
Resultado com Outras Provisões Técnicas		(28.365)	(50.961)
Resultado com Sorteio	16	(87.090)	(175.638)
Custo de Aquisição	16	(394.620)	(435.199)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	16	(16.807)	(13.237)
Outras Receitas Operacionais		4.876	5.006
Outras Despesas Operacionais		(21.683)	(18.243)
Despesas Administrativas	16	(89.621)	(90.516)
Pessoal Próprio		(49.804)	(45.211)
Serviços de Terceiros		(15.752)	(14.392)
Localização e Funcionamento		(13.483)	(15.378)
Publicidade e Propaganda		(5.572)	(5.750)
Publicações		(266)	(291)
Doativos e Contribuições		(3.771)	(9.055)
Despesas Administrativas Diversas		(973)	(439)
Despesas com Tributos	16	(30.143)	(38.933)
Resultado Financeiro	16	393.569	614.623
Receitas Financeiras		1.217.328	1.680.714
Despesas Financeiras		(823.759)	(1.066.091)
Resultado Patrimonial	16	33	434
Receitas com Imóveis de Renda		55	456
Despesas com Imóveis Destinados a Renda		(22)	(22)
Resultado Operacional		412.284	743.705
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes	16	19	-
Resultado antes dos Impostos e Participações		412.303	743.705
Imposto de Renda	10.C	(100.999)	(177.648)
Contribuição Social	10.C	(87.025)	(151.977)
Participação sobre o Lucro		(5.635)	(5.310)
Lucro Líquido antes da reversão dos Juros sobre Capital Próprio		218.644	408.770
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		30.065	30.425
Lucro Líquido do Exercício		248.709	439.195
Quantidade de Ações		324.000.000	324.000.000
Lucro Líquido por Ação		0,7676	1,3555

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício	248.709	439.195
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	248.709	439.195

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Lucros		Reservas de Lucros Acumulados	Lucros	Total
		Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2015		231.264	41.194	169.307	-	441.765
Pagamento de Dividendos Adicionais referente ao exercício de 2015	15.4	-	-	(139.830)	-	(139.830)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	439.195	439.195
Pagamento de Dividendos Antecipados referente ao 1º semestre de 2016	15.4	-	-	(21.925)	(237.688)	(259.613)
Juros sobre Capital Próprio	15.5	-	-	-	(30.425)	(30.425)
Constituição da Reserva Legal	15.3	-	5.059	-	(5.059)	-
Constituição da Reserva de Lucro	15.3	-	-	166.023	(166.023)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		231.264	46.253	173.575	-	451.092
Pagamento de Dividendos Adicionais referente ao exercício de 2016	15.4	-	-	(166.023)	-	(166.023)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	248.709	248.709
Pagamento de Dividendos Antecipados referente ao 1º semestre de 2017	15.4	-	-	-	(148.296)	(148.296)
Juros sobre Capital Próprio	15.5	-	-	-	(30.065)	(30.065)
Constituição da Reserva de Lucro	15.3	-	-	70.348	(70.348)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		231.264	46.253	77.900	-	355.417

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício		248.709	439.195
Ajustes para:		632.273	873.709
Depreciações e Amortizações		2.005	2.663
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível		(19)	-
Variação Monetária de Longo Prazo		4.786	3.434
Variação das Provisões Técnicas		625.501	867.612
Variação das Contas Patrimoniais		(440.301)	(948.266)
Ativos Financeiros		1.012.850	1.549.195
Créditos das Operações de Capitalização		(2.173)	(3.696)
Créditos Fiscais e Previdenciários		737	31
Ativo Fiscal Diferido		(13.893)	(25.075)
Depósitos Judiciais e Fiscais		(168.578)	(9.695)
Despesas Antecipadas		(189)	(108)
Contas a Pagar		11.795	(17.128)
Impostos e Contribuições		725	453
Outras Contas a Pagar		29.421	(1.925)
Débitos de Operações com Capitalização		(10.061)	3.369
Provisões Técnicas - Capitalização		(1.436.100)	(2.459.182)
Provisões Judiciais		135.165	15.495
Caixa Gerado pelas Operações		440.681	364.638
Impostos sobre o Lucro Pagos		(95.337)	66.571
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		345.344	431.209
Atividades de Investimentos		95	53
(+) Recebimento pela Venda:		95	53
Imobilizado		(1.108)	(2.123)
(-) Pagamento pela Compra:		(1.007)	(796)
Intangível		(101)	(1.327)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento		(1.013)	(2.070)
Atividades de Financiamento		314.319	(399.443)
Distribuição de Dividendos Pagos	15.4	(314.319)	(399.443)
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio Pagos	15.5	(30.065)	(30.425)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento		(344.384)	(429.868)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(53)	(729)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		88	817
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		35	88
		(53)	(729)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

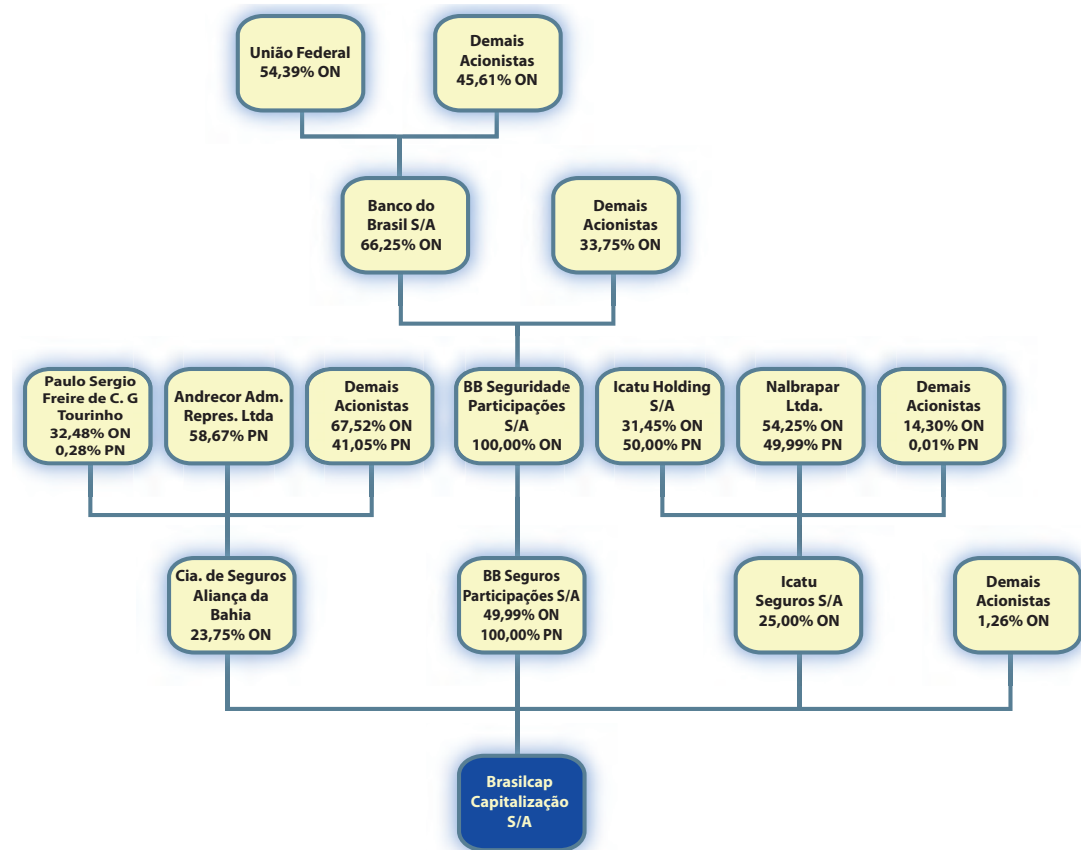
DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
1 - Receitas	4.898.089	5.654.102
Receitas com Operações de Título de Capitalização	4.917.563	5.697.185
Devoluções e Cancelamentos	(24.235)	(47.729)
Prescrição Exigibilidade	4.706	4.190
Receitas Não Operacionais	55	456
2 - Variações das Provisões Técnicas	(616.267)	(853.601)
Juros e Variação Monetária das Provisões Matemáticas	(616.267)	(853.601)
3 - Receita Líquida Operacional (1-2)	4.281.822	4.800.501
4 - Sorteios e Resgates	(4.343.455)	(4.942.923)
Despesas com Sorteios e Resgates	(4.315.090)	(4.891.96

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilcap Capitalização S.A., denominada "Companhia" ou "Brasilcap", é uma sociedade por ações, sediada no Rio de Janeiro, situada à Rua Senador Dantas, 105 - 9º e 10º andares, Centro, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a comercializar planos de Capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de Capitalização. A Companhia iniciou suas atividades em julho de 1995 e opera em todas as unidades da federação, sendo o principal canal de distribuição a rede de agências do Banco do Brasil, acionista controlador da BB Seguros Participações S.A.

A Brasilcap Capitalização S.A. tem como principais acionistas (Ações Ordinárias - ON), a BB Seguros Participações S.A. com 49,99%, Icatu Seguros S.A. com 25,00%, Companhia de Seguros Aliança da Bahia com 23,75% e demais acionistas com 1,26%. A Composição Acionária completa, incluindo as Ações Preferenciais - PN, está demonstrada na nota explicativa nº 15.1.



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da própria SUSEP, vigentes na data de divulgação dessas Demonstrações Financeiras.

Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517, que, dentre outros assuntos, altera o Plano de Contas, modelos de divulgação das Demonstrações Financeiras e informações mínimas para Notas Explicativas. Em 24 de novembro de 2015 foi emitida a Circular SUSEP nº 521, em 22 de dezembro e 27 de dezembro de 2016 foram emitidas, respectivamente, as Circulares SUSEP nº 543, 544 e em 22 de dezembro de 2017 a Circular SUSEP nº 561, que alteram alguns artigos da Circular SUSEP nº 517. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

Nas presentes Demonstrações Financeiras, o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao último balanço anual, com data-base de 31 de dezembro de 2016, assim como as Demonstrações de Resultados, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado da Companhia estão apresentadas para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Todas as Práticas Contábeis e Critérios de Apuração relevantes para as Demonstrações Financeiras foram aplicadas em sua elaboração (Vide nota nº 3).

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- Os Instrumentos Financeiros mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado; e
- Os Instrumentos Financeiros derivativos mensurados a Valor Justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião datada de 02 de fevereiro de 2018.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas CPC, SUSEP e CNSP requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para os registros de certas transações que afetam os Ativos e Passivos, as Receitas e Despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos Passivos relacionados às Provisões Técnicas "Provisão para Sorteio a Realizar (PSR) e Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)" ao Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, ao valor do desembolso provável refletidos na Provisão para Ações Judiciais e da apuração de demais saldos sujeitos a esta avaliação e dos Impostos Diferidos.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas, e o reconhecimento contábil de efeitos que, porventura surjam, são efetuados no Resultado do Período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisão para Sorteio a Realizar (PSR) (vide nota nº 3.9.3);
- Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) (vide nota nº 3.9.6);
- Avaliação do Valor Justo de determinados Instrumentos Financeiros (vide nota nº 5);
- Avaliação pelo Custo Amortizado das Provisões Judiciais (vide notas nºs 3.10.1 e 11); e
- Reconhecimento e avaliação de Impostos Diferidos (vide nota nº 10).

2.6. Gestão do Capital

Na Gestão do Capital, a Companhia observa a alocação de Capital Baseado em Risco, conforme normas vigentes da SUSEP, tendo como objetivo manter o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado acima do CMR - Capital Mínimo Requerido. Nas últimas datas-base, considerando as normas vigentes em cada período, a Solvência da Companhia apresentava-se conforme o quadro abaixo:

Exigência de Capital Mínimo Requerido	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Líquido	355.417	451.092
Despesas Antecipadas	(1.685)	(1.496)
Ativo Intangível	(2.087)	(3.276)
Obras de Arte	(5)	(5)
Ajuste Econômico - Diferença HitM - MitM	74.704	41.344
Ajuste Econômico - Superávit do Fluxos Não Registrados	28.626	10.235
Ajuste Econômico - Superávit das Provisões Realistas	51.596	17.910
1. Patrimônio Líquido Ajustado	506.556	515.704
Capital Base	10.800	10.800
Capital Adicional de Crédito	139.408	199.259
Capital Adicional de Subscrição	36.081	98.322
Capital de Risco de Mercado	172.076	70.695
Capital Adicional Operacional	26.364	17.845
Benefício da Correlação entre Riscos	(82.093)	(77.623)
2. Capital de Risco	291.836	308.498
Solvência = Razão entre PLA e CMR - %	173,58%	167,17%
Excesso de Capital - R\$ mil	214.720	207.206

Na data-base de 2016 a exigência de capital para cobertura do Risco de Mercado era de 50%, e em 2017 passou a ser de 100%, conforme definido na Resolução CNSP nº 321/2015.

Os normativos vigentes definem que o volume de Ativos Livres Líquidos, calculados a Valor de Mercado, deve ser de no mínimo 20% do Capital de Risco, necessário para garantir a Solvência.

O Quadro abaixo espelha os montantes e os percentuais de Solvência observados nos últimos períodos:

Exigência de Ativos Livres Líquidos	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Livres (Nota 7)	528.426	668.963
CR para fins de liquidez	263.210	298.264
Volume mínimo de Ativos Livres Líquidos (20% do CR)	52.642	59.653
Excesso de Liquidez	475.784	609.310
Solvência dos Ativos Livres Líquidos	200,76%	224,29%

O Capital de Riscos (CR) para fins de Excesso de Liquidez é equivalente ao capital de riscos obtido ao se desconsiderar, no cálculo do Capital para Risco de Mercado, os fluxos de operações não registradas, conforme definido na Resolução CNSP nº 360/2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Práticas Contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos e anos apresentados nas Demonstrações Financeiras.

3.1. Resumo das principais Práticas Contábeis

As Práticas Contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Balanço Patrimonial

Conforme a Circular SUSEP nº 517/2015, o Balanço Patrimonial está classificado em Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante.

No Ativo Circulante são classificados os créditos que possuem prazo de realização de até 12 meses após a data do Balanço, dentre os quais se destacam a totalidade das Aplicações Financeiras classificadas na Categoria de Valor Justo através do Resultado, bem como as Aplicações Financeiras classificadas nas categorias de Disponível para Venda e Mantidas até o Vencimento, que possuem vencimento contratual inferior a 12 meses contados da data do Balanço. Já no Ativo Não Circulante estão classificados aqueles que possuem prazo de realização superior a 12 meses contados da data do Balanço, e aqueles para os quais o prazo de realização é indeterminado, como é o caso dos Depósitos Judiciais.

No Passivo Circulante estão apresentadas as exigibilidades que tem prazo de realização, contratual ou estimado, de até 12 meses seguintes à data do Balanço. As principais exigibilidades que compõem o Passivo Circulante são as Provisões Técnicas, para as quais, independentemente do prazo de vencimento contratual dos Títulos de Capitalização, há o direito de resgate, pelos titulares, dos montantes registrados antes da data de vencimento e após o período de carência de cada título, sendo que estes últimos não ultrapassam 12 meses para nenhum dos produtos comercializados pela Companhia.

No Passivo Não Circulante são registradas as exigibilidades que possui prazo de liquidação contratual ou estimado após os 12 meses seguintes à data do Balanço, bem como também prazos de vencimento indeterminados, como ocorre, por exemplo, no caso das Provisões Fiscais, Ações Judiciais Cíveis e Trabalhistas.

3.2. Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, a Companhia efetuou a avaliação de seus Instrumentos Financeiros, inclusive derivativos. Os Ativos Financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

• Caixa e Bancos (Disponível)

Caixa e Bancos abrangem saldos de Caixa e Investimentos Financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que tenham objetivo de cumprir pagamentos de curto prazo. Limites de

créditos bancários que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

• Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os Títulos e Valores Mobiliários, adquiridos com o propósito de serem frequentes e ativamente negociados, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao Valor Justo e classificados no Ativo Circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses Títulos e Valores Mobiliários são reconhecidos no resultado.

• Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento

Os Títulos e Valores Mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

• Empréstimos e Recebíveis

São Ativos Financeiros representados pelos Títulos de Capitalização a receber e demais Contas a Receber, que são mensurados inicialmente pelo Valor Justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses Ativos Financeiros são mensurados pelo custo amortizado ajustado, quando aplicável, por Reduções ao Valor Recuperável.

3.3. Créditos Tributários Diferidos

Os Créditos Tributários diferidos de Imposto de Renda foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações Financeiras. No caso da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, os Créditos Tributários foram constituídos com a alíquota vigente de 20%, para os ajustes temporais com previsão de realização até 31 de dezembro de 2016 e à alíquota de 15% para aqueles com previsão de realização a partir de 01 de janeiro de 2019.

3.4. Investimentos

Os Investimentos são demonstrados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para eventuais perdas na sua realização.

3.5. Imobilizado

Os itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de Depreciação Acumulada e perdas de Redução ao Valor Recuperável (Impairment) acumuladas, se houver.

A Administração, com base no histórico de perdas da Companhia para atendimento ao CPC 01(R1), aprovado pela Circular SUSEP nº 517/2015, entende que não há evidências de perda do Valor Recuperável dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

A Depreciação é reconhecida no Resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do Imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no Ativo. As taxas de Depreciação aplicadas estão ligadas à vida útil econômica dos bens.

Os métodos de Depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Intangível

Os itens do Ativo Intangível são representados por gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados, sendo amortizados por um prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início de sua utilização.

3.7. Redução ao Valor Recuperável (Impairment) de Ativos Financeiros

Um Ativo Financeiro não mensurado pelo Valor Justo por Meio do Resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que poderia ser estimado de uma maneira confiável.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

As provisões para Imposto de Renda e para Contribuição Social foram calculadas considerando para o IRPJ a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$240 ao ano, e para a CSLL à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda.

3.9. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas da Brasilcap são estabelecidas considerando o disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

3.9.1. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título em vigor ou suspenso enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título e abrange a parcela dos valores arrecadados com aplicação das respectivas cotas de capitalização. É calculada a partir da emissão da parcela única ou primeira parcela do Título de Capitalização ou a partir da informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas. Mensalmente é capitalizada pela taxa de juros definida no plano e atualizada pela taxa de remuneração básica, aplicada à caderneta de poupança.

3.9.2. Provisão para Resgates (PR)

As Provisões para Resgate de Títulos Vencidos e Antecipados são constituídas pelos valores de saldo de resgate dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na atualização do saldo de resgate dos títulos, que equivale ao saldo da Provisão Matemática para Capitalização na data do evento gerador, atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, conforme definida no plano, até a data do efetivo pagamento do valor resgatado ao titular. Entende-se como data do evento gerador, no caso de Títulos Vencidos, a data de final de vigência e, para Títulos Antecipados, a data de solicitação de resgate ou a data de cancelamento após o prazo de suspensão.

3.9.3. Provisão para Sorteio a Realizar (PSR)

Os valores destinados à constituição da Provisão para Sorteio a Realizar foram calculados sobre o valor nominal dos títulos, com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP, e a baixa da Provisão de Sorteio a Realizar foi registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da Provisão para Sorteio a Realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na acumulação de aportes que provêm de percentual(ais) de cota(s) de sorteio(s) aplicáveis sobre o(s) pagamento(s), conforme estabelecido(s) no plano e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Essa provisão é mensalmente capitalizada pela respectiva taxa de juros e/ou atualizada pelo índice de atualização do plano.

3.9.4. Provisão para Sorteio a Pagar (PSP)

A metodologia de cálculo desta provisão consiste na constituição dos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, no período entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação, atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.5. Provisão Complementar de Sorteios (PCS)

A Provisão Complementar de Sorteio deve ser constituída mensalmente para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. De forma geral, será necessária apenas nos casos de sorteios referentes à Premiação Instantânea e Contemplação Obrigatória. A reversão ou sua baixa se dá na efetiva contemplação do sorteio, ou ainda, a partir do momento em que o saldo da Provisão de Sorteios a Realizar da modalidade de sorteio com Contemplação Obrigatória for superior ao seu respectivo valor esperado.

3.9.6. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A Provisão para Distribuição de Bônus deve ser constituída enquanto não ocorrido o seu evento gerador e abrange os valores relativos à concessão de Bônus por Fidelização ou de Bônus em Renda Variável ou de Bônus em Renda Fixa. A Provisão para Distribuição de Bônus por Fidelização tem como objetivo garantir a concessão de Bônus aos clientes que permanecerem ativos e adimplentes até o fim da vigência dos Títulos de Capitalização que em Nota Técnica Atuarial possuem esta previsão. A metodologia de cálculo desta provisão consiste no acúmulo de aportes mensais que provêm de 50% da Atualização Monetária da Provisão Matemática para Capitalização.

A Provisão para Distribuição de Bônus em Renda Variável representa uma parte do resgate do Título de Capitalização vinculada a um fundo de investimento em ações. A sua variação é constituída pelos aportes mensais e pela oscilação das cotas do respectivo fundo. A metodologia de cálculo da Provisão de Renda Variável consiste no acúmulo de aportes que provêm de percentual(ais) aplicável(ais) sobre o(s) pagamento(s), conforme colações estabelecidas nos planos de capitalização, que são convertidos em cotas do fundo de ações, na data estabelecida no plano, sofrendo a variação dos índices referentes a essas cotas.

A Provisão para Distribuição de Bônus em Renda Fixa representa um acréscimo sobre o valor da tabela de resgate de um percentual fixo, para o título que tiver todos seus pagamentos quitados. A metodologia de cálculo dessa provisão consiste na incidência mensal de percentual fixo definido no plano sobre o saldo da Provisão Matemática para Capitalização, sem atualização monetária, que para efeito de representação é calculada pela aplicação de um percentual definido no plano sobre o custo de capitalização e seu montante capitalizado mensalmente pelos juros do plano.

3.9.7. Prescrição de Títulos de Capitalização

A Companhia movimenta, nas Provisões para Resgates de Títulos Vencidos, Antecipados e de Sorteio a Pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo às disposições previstas no Código Civil. O prazo para prescrição é a partir de 5 anos contados do vencimento do título.

3.10. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

3.10.1. Provisões para Ações Judiciais

As Provisões para as Ações Judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico Interno e dos Consultores Legais Independentes sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Outros Débitos - Provisões Fiscais", no Passivo Não Circulante, independente da probabilidade de perda, por se tratarem de obrigações legais. Os correspondentes Depósitos Judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no Ativo Não Circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

As Ações Judiciais de natureza cível e trabalhista, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente de acordo com a avaliação do Departamento Jurídico Interno e Consultores Legais Independentes. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os Depósitos Judiciais Trabalhistas são contas consideradas à disposição do Juízo e são corrigidos pelo índice da poupança, conforme art. 899 § 4º da Lei 13.467 de 13 de julho de 2017.

3.10.2. Provisões

Em atendimento ao CPC 25, a Companhia provisiona suas obrigações prováveis e apenas divulga em Notas Explicativas as consideradas possíveis.

3.11. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê o Pagamento de Dividendos Mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. Na data do encerramento das Demonstrações Financeiras, a provisão é limitada ao Dividendo Obrigatório. Os Dividendos Adicionais da Companhia são registrados no momento em que são aprovados pelos acionistas.

3.12. Apuração do Resultado

As Receitas de Capitalização são reconhecidas no Resultado a partir da data de emissão quando se trata de Produto de Pagamento Único (PU) ou da 1ª parcela de Produto de Pagamento Mensal (PM) ou Periódico (PP) e a partir do reconhecimento dos recebimentos dos Títulos de Capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou PP. O reconhecimento das Despesas de Provisão Matemática para Resgates (PMR), Provisão para Sorteio (PS) e demais Custos de Aquisição necessários à comercialização dos Títulos, acompanham a forma de contabilização da Receita. As Receitas e Despesas Financeiras são reconhecidas nas competências, sendo estimadas com base nas taxas de juros e atualizações monetárias contratadas. A Companhia por meio de Estudo Técnico comprovou que não há necessidade de diferir as Receitas de Títulos de Pagamento Único - PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos Títulos são irrelevantes.

3.13. Novas Normas e Interpretações ainda não Adotadas

Normas e Interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48) - Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018;

• IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47) - Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018;

• IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2)) - Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019;

• IFRS 17 - Contratos de Seguro - Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021; e

• IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro - Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. GUBERNAMENTO DE RISCOS

4.1. Governança dos Riscos

A estrutura de Governança de Riscos da Companhia contempla os Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Legal e Operacional.

Por princípio e observância das melhores práticas de Gestão de Riscos, a estrutura e processos de governança contemplam os seguintes aspectos:

• Segregação de funções: negócio x risco;

• Estrutura específica para avaliação e monitoramento de riscos;

• Decisões colegiadas;

• Políticas e Diretrizes de Investimentos;

• Política de Gestão de Riscos;

• Declaração de Apetite a Riscos;

• Norma de Gestão de Riscos Operacionais;

• Norma de Apuração da Solvência e Liquidez com base no CMR;

• Norma de Validação de Metodologias, Processos e Sistemas; e

• Referência às melhores práticas de gestão.

BRASILCAP**BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

5.2. Movimentação das Aplicações Financeiras

	31/12/2016		31/12/2015	
	Aplicações	Juros/Amortizações	Resgate	Juros/Amortizações
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	7.350.846	3.520.137	(6.337.407)	(77.615)
Títulos Privados	2.156.844	150.000	(1.363.974)	(60.290)
Quotas de Fundos de Investimentos	5.194.002	3.370.137	(4.973.433)	(17.325)
Títulos Mantidos até o Vencimento	4.007.214	2.088.238	(1.314.227)	(79.522)
Títulos Públicos	4.007.214	2.088.238	(1.314.227)	(79.522)
Total	11.358.060	5.608.375	(7.651.634)	(157.137)

	31/12/2017		31/12/2016	
	Aplicações	Juros/Amortizações	Resgate	Juros/Amortizações
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	9.139.843	5.393.699	(8.218.659)	(144.696)
Títulos Privados	2.551.340	1.203.993	(1.778.445)	(123.035)
Quotas de Fundos de Investimentos	6.588.503	4.189.706	(6.440.214)	(21.661)
Títulos Mantidos até o Vencimento	3.767.412	1.883.241	(1.981.363)	(106.343)
Títulos Públicos	3.767.412	1.883.241	(1.981.363)	(106.343)
Total	12.907.255	7.276.940	(10.200.022)	(251.039)

Os volumes de resgates acima das séries históricas, combinados com uma redução nas Receitas de Vendas de Títulos de Capitalização justificam uma redução no montante das Aplicações Financeiras na ordem de R\$1.012.850.

5.3. Determinação do Valor Justo

Valor Justo dos Ativos Financeiros é o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor Justo das Aplicações dos Fundos de Investimentos foi obtido a partir dos valores divulgados pelas Instituições Financeiras administradoras dos fundos. Os Títulos de Renda Fixa Públicos e Privados tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência e cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM).

Para a determinação do Valor Justo das Debêntures são utilizadas cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para os ativos foi desenvolvido um modelo de Marcação a Mercado que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivados nos Fundos de Investimentos administrados pela BB-DTVM, leilões e/ou consultas na BMF & BOVESPA. Os critérios de precificação dos Instrumentos Financeiros Derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BMF & BOVESPA para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais (ANBIMA). Os Investimentos Mantidos até o Vencimento estão registrados e divulgados pelo Valor de Custo, sendo o Valor Justo apresentado apenas para fins de divulgação (nota nº 5.1).

5.3.1 Hierarquia de Valor Justo

Os diferentes níveis são definidos conforme segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para Ativos e Passivos idênticos; e
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o Ativo ou Passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o Ativo ou Passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia não possui Instrumentos Financeiros classificados no Nível 3.

Títulos	31/12/2017		31/12/2016	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado				
Carteira Própria				
Debêntures	-	264.418	-	586.430
Letra Financeira	-	816.233	-	1.552.235
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	62	-	214
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	-	17.965
Total	-	1.080.713	-	2.156.844
Renda Fixa				
Quotas de Fundo Exclusivo de Renda Fixa	-	4.032.557	-	5.093.154
Renda Variável				
Quotas de Fundo Exclusivo de Renda Variável	-	68.327	-	75.778
Quotas de Fundo Não Exclusivos	-	410	-	24.693
Títulos Mantidos até o Vencimento				
Carteira Própria				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.174.581	1.847.847	2.590.999	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	54.283	982.751	974.489	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	238.847	516.896	-
Total	2.228.864	3.069.445	4.082.384	-
Total Geral	2.228.864	8.251.452	4.082.384	7.350.469

5.4. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia adota Instrumentos Financeiros Derivativos em contratos futuros de DI, nos Fundos de Investimentos Exclusivos, com a finalidade de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros. Os quadros a seguir mostram a exposição da carteira às taxas de juros, exclusivamente para Ativos Marcados a Mercado, para 31 de dezembro de 2017.

Título	Vencimento do Ativo	Volume Ativo (Pré)	Contrato Derivativo	Vencimento do Derivativo	Exposição	
					Derivativos (Pós)	pré líquida
31/12/2017						
NTN-F	jan/18	172.970	DI1F18 0001	jan/18	-	172.970
LTN	abr/18	836.760	DI1J18 0001	abr/18	-	836.760
LTN	jul/18	32.512	DI1N18 0001	jul/18	-	32.512
LTN	out/18	647.599	DI1V18 0001	out/18	-	647.599
LTN	jan/19	530.840	DI1F19 0001	jan/19	-	530.840
NTN-F	jan/19	100.056	-	jan/19	-	100.056
LTN	abr/19	278.340	DI1J19 0001	abr/19	-	278.340
LTN	jul/19	445.814	DI1N19 0001	jul/19	-	445.814
LTN	out/19	851.156	DI1V19 0001	out/19	-	851.156
LTN	jan/20	1.630.885	DI1F20 0001	jan/20	(181.465)	1.449.420
LTN	jul/20	795.401	DI1N20 0001	jul/20	(83.394)	712.007
LTN	jul/21	788.420	DI1N21 0001	jul/21	(193.343)	595.077
Total de Derivativos		7.110.753			(458.202)	6.652.551

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Valores Justos dos Ativos e Passivos Financeiros, juntamente com os Valores Contábeis apresentados no Balanço Patrimonial, são os seguintes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Mensurados a Valor Justo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	35	35	88	88
Aplicações Financeiras (Nota 5.1)	5.182.727	5.182.727	7.350.846	7.350.846
Ativos Mantidos até o Vencimento				
Aplicações Financeiras (Nota 5.1)	5.162.483	5.298.309	4.007.214	4.082.384
Empréstimos e Recebíveis (*)	11.481	11.481	10.517	10.517
Total dos Ativos	10.356.726	10.492.552	11.368.665	11.443.835
Passivos Financeiros não derivativos				
Obrigações a Pagar (Nota 13)	69.525	69.525	28.309	28.309
Débitos de Operações com Capitalização (Nota 12)	4.152	4.152	14.213	14.213
Total dos Passivos	73.677	73.677	42.522	42.522

(*) Os Empréstimos e Recebíveis compreendem as vendas de Títulos de Capitalização não recebidas até a data do Balanço.

7. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para Garantia das Provisões Técnicas foram oferecidos em cobertura os seguintes ativos:

Provisões Técnicas	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Garantidores				
Debêntures	264.418	264.418	586.430	586.430
Letra Financeira	816.233	816.233	1.552.235	1.552.235
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	62	62	214	214
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	17.965	17.965
Títulos de Renda Fixa - Privados	1.080.713	1.080.713	2.156.844	2.156.844
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	3.928.437	4.022.428	2.516.494	2.590.999
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1.002.961	1.037.034	984.539	974.489
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	231.085	238.847	506.181	516.896
Títulos de Renda Fixa - Públicos	5.162.483	5.298.309	4.007.214	4.082.384
Quotas de Fundo de Investimentos	4.101.604	4.101.604	5.192.534	5.192.534
Total dos Ativos Garantidores	10.344.800	10.480.626	11.356.592	11.431.762
Ativos Livres (Nota 2.6)	392.600	528.426	593.793	668.963

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

Os Créditos de Títulos de Capitalização referem-se às operações com o principal parceiro comercial "Banco do Brasil", que possui um *float* de recebimento de um dia referente as operações bancárias, devido as vendas que ocorrem no último dia do mês em referência e estão distribuídos entre 1 a 30 dias.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes desses créditos encontram-se em R\$11.481 (R\$10.517 em 2016).

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Os Títulos e Créditos a Receber estão classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, sendo compostos da seguinte forma:

Títulos e Créditos a Receber	31/12/2017		31/12/2016	
Aluguéis a Receber		40		40
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 10)		78		815
Outros Créditos a Receber		98		82
Adiantamentos a Funcionários		2.940		2.427
Adiantamentos Administrativos		3.116		3.391
Ativo Circulante		3.116		3.391
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 10)		166.650		152.757
Depósitos Judiciais e Fiscais (Nota 11 a)		939.098		768.590
Ativo Não Circulante		1.105.748		921.347

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os Créditos Tributários registrados no Ativo Circulante são, respectivamente, decorrentes da homologação por parte do Ministério de Ciência e Tecnologia de pedido de enquadramento de investimentos realizados pela Companhia em legislação de Incentivo Fiscal - Lei do Bem - Inovação Tecnológica, e também de recuperação de créditos decorrentes de pagamentos a maior de IRPJ, efetuados em Exercícios Anteriores.

Os Créditos Tributários Diferidos registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de ajustes temporais, decorrentes principalmente de despesas com Ações Judiciais e Ajuste a Valor de Mercado das Aplicações Financeiras classificadas na categoria Valor justo por meio do resultado.

No caso das ações judiciais, por estarem em trâmite nos tribunais superiores e por não existir previsão para trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos. Com relação aos valores decorrentes de Ajuste a Valor de Mercado, serão realizados à medida em que ocorrerem os vencimentos das aplicações.

Com base no histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, somado às projeções de resultados, é entendimento da Administração que a Companhia tem capacidade suficiente para absorver os montantes de Créditos Tributários Diferidos.

Em decorrência da majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% por meio da Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, a Companhia ajustou os créditos com probabilidade de realização até 31 de dezembro de 2018 para alíquota de 20% para os demais créditos, com prognóstico de realização a partir de 01 janeiro de 2019 mantendo-se a alíquota de 15%, de acordo com a legislação vigente.

Existem valores de Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$26.207 controlados na Parte B dos Livros de Apuração de IR e CSLL que não possuem Créditos Tributários Diferidos, uma vez que a Companhia julga ser de difícil realização fiscal (dedutibilidade).

Abaixo demonstrativo com a composição dos Créditos Tributários:

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ a Compensar	78	544
CSLL a Compensar	-	271
Total Ativo Circulante (Nota 9)	78	815

Adições Temporárias	31/12/2016		Variação		31/12/2017		Total
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Despesas Tributárias	79.898	45.578	8.381	5.028	88.279	50.606	138.885
Despesas Financeiras	12.197	8.365	(76)	111	12.121	8.476	20.597
Despesas Comerciais	2.707	2.166	77	62	2.784	2.228	5.012
Despesa Administrativas	199	1.647	158	152	357	1.799	2.156
Total Ativo Não Circulante (Nota 9)	95.001	57.756	8.540	5.353	103.541	63.109	166.650

Adições Temporárias	31/12/2015		Variação		31/12/2016		Total
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Despesas Tributárias	69.710	39.465	10.185	6.113	79.898	45.578	125.476
Despesas Financeiras	6.596	4.091	5.601	4.274	12.197	8.365	20.562
Despesas Comerciais	1.869	1.497	838	669	2.707	2.166	4.873
Despesa Administrativas	1.672	2.783	(1.473)	(1.136)	199	1.647	1.846
Total Ativo Não Circulante (Nota 9)	79.847	47.836	15.154	9.920	95.001	57.756	152.757

a. Imposto de Renda Diferido

	31/12/2017	31/12/2016
Montante das Adições Temporárias	414.162	380.005
Despesas Tributárias	353.115	319.516
Ajustes a Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários	48.482	48.786
Despesas Comerciais	11.138	10.830
Despesas Trabalhistas	660	389
Despesas Cíveis	485	121
Despesas Administrativas	282	286
Alíquota (%)	25%	25%
Créditos Tributários constituídos - Não Circulante	103.541	95.001

b. Contribuição Social Diferida

	31/12/2017	31/12/2016
Montante das Adições Temporárias	405.995	371.707
Despesas Tributárias	337.379	303.856
Ajustes a Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários	48.482	48.786
Despesas Comerciais	11.138	10.830
Despesas Trabalhistas	660	389
Despesas Cíveis	485	121
Despesas Administrativas	1.338	1.211
Provisão para Desvalorização de Incentivos Fiscais	6.513	6.513
Créditos Tributários constituídos - Não Circulante 15%	54.270	49.755
Créditos Tributários constituídos - Não Circulante 20%	8.839	8.001

c. Resultado do Exercício

	31/12/2017	31/12/2016
Corrente	(107.858)	(192.669)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.680)	(133)
Diferido	8.5	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

c. Detalhamento dos Processos por Natureza de Risco de Perda

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade
Fiscais						
Provável.....	580.885	580.885	3	519.847	519.847	3
Possíveis.....	411.109	411.109	5	330.903	330.903	5
Remota.....	129	129	1	126	126	1
Total	992.123	992.123	9	850.876	850.876	9
Trabalhistas						
Provável.....	660	660	19	389	389	10
Possíveis.....	4.943	-	9	1.132	-	6
Remota.....	3.822	-	40	2.434	-	58
Total	9.425	660	68	3.955	389	74
Cíveis & Outras						
Provável.....	485	485	26	121	121	19
Possíveis.....	6.003	-	100	5.531	-	119
Remota.....	571	-	40	681	-	31
Total	7.059	485	166	6.313	121	169
Totais						
Provável.....	582.030	582.030	48	520.357	520.357	32
Possíveis.....	422.055	411.109	114	337.566	330.903	130
Remota.....	4.522	129	81	3.221	126	90
Total	1.008.607	993.268	243	861.144	851.386	252

A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações ajuizadas pela Companhia é realizada exclusivamente pelos advogados que patrocinam as causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação, sob o acompanhamento de sua área jurídica.

11.1. Contingências Fiscais com Natureza de Risco de Perda Provável

A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como Prováveis de Perda. Em 31 de dezembro de 2017, as principais causas provisionadas são:

a) **CSLL** – Mandado de Segurança impetrado com finalidade de assegurar o direito líquido e certo de calcular e recolher a CSLL com base na alíquota prevista no caput do artigo 19 da Lei nº 9.249/95, e no artigo 2º da Lei nº 9.316/96 deixando de atender ao disposto na EC nº 10/96 e às demais disposições legais que visam impor alíquotas superiores aplicadas às Pessoas Jurídicas em geral, no valor de R\$44.368 em 31 de dezembro de 2017 e R\$42.799 em 2016.

b) **PIS** – Contribuição ao PIS Lei nº 9.718/98, consideração das Receitas de Capitalização na base de cálculo do PIS e o alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS promovido pela Lei nº 9.718/98, no valor de R\$61.091 em 31 de dezembro de 2017 e R\$53.288 em 2016; e

c) **COFINS** – Mandado de Segurança com a finalidade de garantir o direito ao não pagamento da COFINS sobre suas receitas, tal como previsto na Lei nº 9.718/98 - inexistência de receitas de Empresas de Capitalização no valor de R\$475.426 em 31 de dezembro de 2017 e R\$423.760 em 2016.

11.2. Contingências Fiscais com Natureza de Risco de Perda Possível

A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como Perda Possível que são consideradas como obrigações legais. Em 31 de dezembro de 2017, as principais questões discutidas em Processos Administrativos Tributários são:

a) **CSLL** – Mandado de Segurança, questionando a majoração da alíquota de 15% para 20%, no valor de R\$186.801 em 31 de dezembro de 2017 e R\$121.997 em 2016;

b) **CSLL** – Mandado de Segurança impetrado com a finalidade de assegurar o direito líquido e certo de recolher a contribuição à alíquota de 9%, no valor de R\$208.254 em 31 de dezembro de 2017 e R\$194.284 em 2016;

c) **PIS** – Mandado de Segurança impetrado com a finalidade de assegurar o direito líquido e certo de garantir inaplicabilidade da EC nº 17/97, no que refere ao PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, considerando o disposto no art. 195, §6º, da CF, no valor de R\$7.403 em 31 de dezembro de 2017 e R\$7.105 em 2016;

d) **PIS** – Auto de Infração lavrado para exigir diferença de PIS apurada no período de janeiro a março de 1999, acrescida de multa de 75% e juros de mora, no valor de R\$1.520 em 31 de dezembro de 2017 e R\$1.520 em 2016; e

e) **INSS** – Ação Declaratória ajuizada, a fim de obter o reconhecimento do seu direito a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção FAP, ante a sua inconstitucionalidade e ilegalidade, bem como o reconhecimento do grau de risco inerente a sua atividade como mínimo, correspondente à alíquota de 1% para fins de recolhimento da contribuição ao SAT/RAT, no valor de R\$7.131 em 31 de dezembro de 2017 e R\$5.997 em 2016.

14. PROVISÕES TÉCNICAS

Composição e Movimentação das Provisões Técnicas

	Provisão Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgates (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	Provisão Complementar de Sorteios (PCS)	Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)	Total
31/12/2015	11.670.395	294.265	304.304	11.321	3.274	70.810	12.354.369
Constituições.....	4.753.445	-	219.111	277.782	230	39.722	5.290.290
Reversões.....	-	-	(318.843)	-	(3.501)	-	(326.035)
Cancelamentos.....	(34.092)	-	(2.428)	-	-	-	(36.520)
Transferências.....	(7.146.234)	7.185.272	-	-	-	(42.651)	(3.613)
Pagamentos.....	-	(7.106.640)	-	(276.664)	-	-	(7.383.304)
Atualização Monetária.....	826.833	6.453	19.960	347	-	8	853.601
Atualização Quotas Renda Variável.....	-	-	-	-	-	18.201	18.201
Prescrição de Títulos de Capitalização.....	-	(4.183)	-	(7)	-	-	(4.190)
31/12/2016	10.070.347	375.167	222.104	12.779	3	82.399	10.762.799
Constituições.....	4.244.023	-	131.040	154.749	137	18.393	4.548.342
Reversões.....	-	-	(198.206)	-	(137)	-	(3.968)
Cancelamentos.....	(16.249)	-	(570)	-	-	-	(16.819)
Transferências.....	(5.648.612)	5.684.474	-	-	-	(35.844)	18
Pagamentos.....	-	(5.612.710)	-	(152.182)	-	-	(5.764.892)
Atualização Monetária.....	602.127	1.813	11.671	89	-	70	615.770
Atualização Quotas Renda Variável.....	-	-	-	-	-	14.054	14.054
Prescrição de Títulos de Capitalização.....	-	(4.757)	-	(4)	-	-	(4.761)
31/12/2017	9.251.636	443.987	166.039	15.431	3	75.104	9.952.200

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital Social

O Capital Social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é de R\$231.264 e está representado por 324.000.000 ações, sendo 216.010.804 ordinárias nominativas (ON) e 107.989.196 preferenciais nominativas (PN), sem valor nominal.

Acionistas	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total Ações	% Capital Total
BB Seguros Participações S.A.....	107.989.204	49,99	107.989.196	100,00	215.978.400	66,66
Icatu Seguros S.A.....	54.010.799	25,00	-	-	54.010.799	16,67
Companhia de Seguros Aliança da Bahia.....	51.292.002	23,75	-	-	51.292.002	15,83
Acionistas Minoritários.....	2.718.799	1,26	-	-	2.718.799	0,84
Total	216.010.804	100,00	107.989.196	100,00	324.000.000	100,00

15.2. Reservas de Lucros

15.2.1. Reserva Legal

É constituída ao final do exercício social, à razão de 5% sobre o Lucro Líquido de cada Exercício até atingir o limite de 20% do Capital Social, em conformidade às disposições da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2017 atingido o limite legal não será constituída a referida Reserva e em 31 de dezembro de 2016 a Companhia constituiu 1,2% de Reserva Legal percentual necessário para atingir o montante de 20% do Capital Social, totalizando R\$46.253.

15.2.2. Outras Reservas de Lucros

Em conformidade com o Estatuto Social e legislação vigente, a Administração encaminhará para deliberação da Assembleia Geral Ordinária proposta de constituição de Reserva de Lucros com base na Destinação do Resultado do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 70.348 conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

15.3. Destinação do Resultado do Exercício

Demonstramos abaixo os cálculos da proposta de Destinação do Resultado em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício	248.709	439.195
Proposta de Distribuição do Lucro Líquido:		
Dividendos Antecipados referente ao 1º semestre de 2016.....	-	(237.688)
Dividendos Antecipados referente ao 1º semestre de 2017.....	(148.296)	-
Juros sobre Capital Próprio.....	(30.065)	(30.425)
Total	(178.361)	(268.113)
Constituição de Reserva Legal.....	-	(5.059)
Constituição de Reserva de Lucro.....	(70.348)	(166.023)
Total	(70.348)	(171.082)
Lucro Líquido Destinado	(248.709)	(439.195)

15.4. Dividendos

15.4.1. Dividendos Adicionais

A Administração com base na legislação vigente propôs em Assembleia Geral Ordinária, pagamento de Dividendos Adicionais no montante de R\$45.477, referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017 oriundos da Reserva de Lucros.

15.4.2. Dividendos Pagos

Aos acionistas são garantidos estatutariamente Dividendos mínimos equivalentes a 25% do Lucro Líquido ajustado do Exercício em consonância com a legislação em vigor e Política de Gestão de Capital da Companhia. Abaixo demonstrativo dos Dividendos Pagos nos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Dividendos Pagos	Exercício	Data de Pagamento	31/12/2017	31/12/2016
Pagamento de Dividendos Adicionais.....	2015	23/02/2016	-	139.830
Pagamento de Dividendos Antecipados.....	2016	03/08/2016	-	259.613
Pagamento de Dividendos Adicionais.....	2016	24/02/2017	166.023	-
Pagamento de Dividendos Antecipados.....	2017	08/08/2017	148.296	-
Total			314.319	399.443

15.5. Juros sobre Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, através do artigo 9º, instituiu como forma de Remuneração do Capital Próprio das Empresas, o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio. Por proposta da Administração foram creditados Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), no valor bruto de R\$30.065 no Exercício de 2017 e R\$30.425 em 2016, tendo sido contabilizado em Despesas Financeiras conforme requerido pela Legislação Fiscal. Para efeito destas Demonstrações Financeiras, esses juros foram revertidos do Resultado do Exercício e estão sendo apresentados na conta de Lucros Acumulados. Em consonância com a distribuição de Dividendos, o pagamento de Juros Sobre Capital Próprio levou em consideração também a Política de Gestão de Capital da Companhia.

Os Juros Sobre o Capital Próprio foi calculado sobre as contas do Patrimônio Líquido, ou seja, Capital Social e Reservas de Lucros, sendo tratados como dedutíveis nas bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social pelo seu efetivo crédito, de forma individualizada aos acionistas da Companhia, obedecendo ao limite da Taxa de Juros de Longo Prazo – T.JLP.

	2017	2016
a) Critério de Dedutibilidade		
a) Lucro Líquido antes dos Juros e do Imposto de Renda: ou.....	349.708	616.843
b) Somatório dos Lucros Acumulados e Reservas de Lucros.....	219.828	210.501
Montante passível da dedutibilidade - 50% do maior valor	174.854	308.422
b) Base de cálculo		
Capital Social - ON.....	154.184	154.184
Capital Social - PN.....	77.080	77.080
Reservas Legal.....	46.253	41.194
Reservas de Incentivos.....	7.552	7.552
Reservas de Lucros.....	166.023	161.755
Patrimônio Líquido em 31/12/2016 e 31/12/2015	451.092	441.765
Mutações		
Dividendos pagos em fevereiro de 2016.....	-	(139.830)
Dividendos pagos em agosto de 2016 com Reserva de Lucro.....	-	(21.925)
Dividendos pagos em fevereiro de 2017.....	(166.023)	-
Patrimônio Líquido Ajustado	285.069	280.010
Juros sobre o Capital Próprio	30.065	30.425

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

Débitos com Operações de Capitalização	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Comissões de Corretagem a Pagar.....	1.592	1.028
Total	1.592	1.028
Acordo Operacional Icatu Capitalização S.A.....	-	10.831
Cancelamentos de Títulos de Capitalização.....	1.441	1.635
Outros Débitos Operacionais.....	1.119	719
Total (Nota 6)	2.560	13.185
Total	4.152	14.213

12.1. Compromissos Assumidos por Acordo Operacional

Foi assinado contrato de cessão de direitos, no intuito de possibilitar o início da comercialização de Produtos de Capitalização nas agências do Banco do Brasil S.A. ("BB"), oriundas do Banco Nossa Caixa ("BNC"), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora"), BB, a Icatu Capitalização S.A. ("Icatu Cap") – Partes Relacionadas e a Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap"), no valor de R\$61.664 (base fevereiro 2014) a serem pagos pela Brasilcap ou BB (na parcela referente a eventual parte do resultado não atingido), a partir de agosto de 2015 e prazo máximo até janeiro de 2018, com base nos resultados apurados a partir de julho de 2014. O registro dessa despesa foi feito mediante o reconhecimento da receita correspondente das vendas de Títulos de Capitalização nas agências oriundas do BNC.

Foi apurado no resultado, despesas referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$29.940 e R\$24.022 em 2016. O pagamento realizado em 09 de agosto de 2016, considerando os valores apurados no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 foi de R\$ 20.671 e em 11 de agosto de 2017, considerando os valores apurados no período de 01 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017 foi de R\$20.191. Em 20 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou o contrato com o valor de R\$20.580.

Icatu Capitalização S.A.	31/12/2017	31/12/2016
Valor pago em 09 de agosto de 2016.....	-	20.671
Valor pago em 11 de agosto de 2017.....	20.191	-
Valor pago em 14 de dezembro de 2017.....	20.133	-
Valor pago em 19 de dezembro de 2017.....	447	-
Valores a serem pagos	-	10.831
Contas a Pagar.....	-	10.831
Reconhecimento no Resultado	(29.940)	(24.022)
Despesas Operacionais.....	(19.824)	(17.010)
Despesas Financeiras.....	(10.116)	(7.012)

13. CONTAS A PAGAR

Passivo Circulante	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações a Pagar (Nota 6)	30.381	18.586
Fornecedores a Pagar.....	22.538	9.241
Juros sobre Capital Próprio a Pagar.....	186	212
Dividendos a Pagar.....	1.951	3.622
Participações nos Lucros a Pagar.....	5.421	5.224
Outras Obrigações a Pagar.....	285	287
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	2.313	2.038
IRRF de Funcionários e Terceiros.....	1.185	994
INSS e FGTS a recolher.....	836	790
Outros Impostos.....	292	254
Encargos Trabalhistas	3.588	3.138
Férias.....	2.682	2.347
Encargos sobre Férias.....	906	791
Impostos e Contribuições	100.379	195.716
Imposto de Renda.....	69.666	137.947
Contribuição Social.....	30.713	57.769
Outras Contas a Pagar (Nota 6)	39.144	9.723
Taxa de Administração da Carteira.....	8.018	9.722
Taxa de Performance.....	30.965	-
Outras Contas a Pagar.....	161	1

16. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	665.328	933.132
Arrecadação com Títulos de Capitalização - PU.....	2.626.313	3

BRASILCAP**BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)**17. PARTES RELACIONADAS**

A Administração identificou como Partes Relacionadas a Companhia de Seguros Aliança da Bahia, Empresas integrantes do Grupo Banco do Brasil, BB Mapfre, Icatu Seguros, Outras Empresas e seus Administradores, conforme definições contidas no CPC 05 (R1).

O custo com a remuneração global do Pessoal Chave da Administração está definido no Estatuto Social e com os valores reavaliados e aprovados anualmente pela Assembleia Geral, conforme descrito a seguir: a) Diretoria Executiva - Honorários, Gratificações, Participações nos Lucros, Assistência Médica e Outras Despesas; b) Conselho de Administração: Honorários e Assistência Médica; e c) Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal: Honorários. As Transações com Partes Relacionadas estão demonstradas nos quadros abaixo apresentando os saldos patrimoniais e o resultado líquido das referidas operações de forma comparativa.

		31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Receita/(Despesas)	Ativo	Passivo	Receita/(Despesas)	
Remuneração do Pessoal Chave da Administração	301	754	(7.424)	317	834	(6.464)	
Pessoal Chave da Administração	-	-	(5.466)	-	-	(4.735)	
Honorários e Encargos Sociais	-	-	(3.550)	-	-	(2.917)	
Diretoria Executiva	-	-	(382)	-	-	(251)	
Comitê de Auditoria	-	-	(1.115)	-	-	(1.143)	
Conselho de Administração	-	-	(459)	-	-	(424)	
Conselho Fiscal	-	-	(1.058)	-	-	(926)	
Remuneração Variável	301	754	(1.058)	317	834	(926)	
Assistência Médica	-	-	(591)	-	-	(484)	
Outros	-	-	(311)	-	-	(319)	
Partes Relacionadas	Ativo	Passivo	Receita/(Despesas)	Ativo	Passivo	Receita/(Despesas)	
a. BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Ligada	781	(264.184)	-	652	(277.733)	
b. BB Banco de Investimentos S.A.	Ligada	38.983	(132.531)	-	9.722	(116.305)	
c. Banco do Brasil S.A.	Acionista	3.677	16.408	3.517	5.669	(93.176)	
d. Icatu Capitalização S.A.	Ligada	-	(29.940)	-	10.831	(24.022)	
e. Votorantim Corretora de Seguros S.A.	Ligada	-	607	-	188	(19.438)	
f. BBTUR Viagens e Turismo Ltda.	Ligada	-	64	-	3	(1.080)	
g. Brasilveículos Companhia de Seguros	Ligada	-	-	-	1	(20)	
h. Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Ligada	-	-	-	-	(10)	
i. Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Ligada	95	-	80	-	134	
j. Companhia de Seguros Aliança do Brasil	Ligada	7	851	2.116	4	854	
k. Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Outras	-	-	40	-	700	
l. Cielo S.A.	Ligada	43	-	42	478	745	
m. Lívolo S.A.	Ligada	-	4.500	-	-	(1.501)	
n. Companhia de Seguros Aliança da Bahia	Acionista	-	-	-	-	(4.817)	
o. Icatu Seguros S.A.	Acionista	-	-	-	-	(5.072)	
p. BB Seguros Participações S.A.	Acionista	-	-	-	-	(20.281)	
q. Fundação Banco do Brasil	Outras	-	-	-	-	(3.938)	
Total	3.822	62.195	(537.215)	3.683	28.402	(565.358)	

Segue a discriminação da Natureza das Operações de cada Parte Relacionada:

- Despesas de Corretagem decorrentes da Comercialização de Títulos de Capitalização na rede Banco do Brasil;
- Despesas Financeiras decorrentes da Administração da Carteira de Investimentos;
- Taxa de serviços de cobrança sobre Comercialização de Títulos de Capitalização, Despesas de Incentivos as Vendas, Despesas com Aluguéis de Imóveis de Uso, Receitas com Produtos Promocionais e Despesas Bancárias recorrentes;
- Despesas Operacionais decorrentes da aquisição de direito de Comercialização nas agências do Banco Nossa Caixa - Estado de São Paulo;
- Despesas de Corretagem decorrentes da Comercialização de Títulos de Capitalização - Modalidade Popular do Banco Votorantim;
- Taxa de serviços cobrada sobre as Despesas de Viagens e Estádias dos Funcionários e Administradores;
- Despesas com Seguros de Veículos Próprios;
- Despesas com Planos Odontológicos de Funcionários;
- Despesas com a Previdência Privada e Pecúlio dos Funcionários;
- Despesas com Seguros Patrimoniais da Companhia e Receita com Títulos de Capitalização - Produtos de Incentivo;
- Receita de Aluguéis com Imóveis Próprios;
- Receita de Venda com Títulos de Capitalização - Produto de Incentivo;
- Despesas Comerciais decorrente das vendas de Títulos de Capitalização;
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio;
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio;
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio; e
- Despesas de Doações para o Programa BBEducar.

18. TAXAS DE CARREGAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

De acordo com as Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP, os principais produtos comercializados pela Companhia possuem as seguintes Taxas de Carregamento e seus Índices de Comercialização.

Produtos	Taxa de Carregamento		Índice de Comercialização	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Títulos de Pagamentos Mensais (PM)	7,18%	7,07%	4,82%	5,74%
Títulos de Pagamentos Únicos (PU)	13,65%	15,14%	9,14%	8,05%
Total			7,14%	7,02%

19. COMITÊ DE AUDITORIA

De acordo com a Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, artigo nº 134, item III, o Comitê de Auditoria revisou as Demonstrações Financeiras, inclusive as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

20. OUTROS ASSUNTOS**20.1. Cobertura de Seguros**

Faça à natureza de suas atividades a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos.

Os Ativos da Companhia apresentam-se segurados conforme abaixo:

- Coberturas contratadas para Veículos (Colisão, Danos materiais, corporais, morais e morte e invalidez) - R\$1.615 em 31 de dezembro de 2017 e R\$1.213 em 2016;
- Coberturas contratadas para Responsabilidade Civil de Administradores (Danos ambientais, cadastrais, corporais, materiais, morais e de continuidade) - R\$70.704 em 31 de dezembro de 2017 e em 2016;
- Coberturas contratadas para Seguro Empresarial (Incêndio, roubo/furto, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, responsabilidade civil) - R\$20.721 em 31 de dezembro de 2017 e R\$17.789 em 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	CONSELHEIROS
Márcio Hamilton Ferreira	José Maurício Pereira Coelho
	Leonardo Silva de Loyola Reis
	Mansueto Facundo de Almeida Júnior
	Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga
	Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho

DIRETORIA

PRESIDENTE	DIRETORES
Marcio Lobão	Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
	Marcelo Gonçalves Farinha
CONTADOR	ATUÁRIA
Jairton Cardoso Guimarães	Jaqueline Marques Lana
CRC-RJ 077462/O-4	MIBA 784

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelos incisos II, III e VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, atualizada com a Lei nº 10.303/2001, declara haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2017, tendo concluído, com base nas informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, no Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, bem como no Relatório do Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A., que as referidas

demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Manifesta, ainda, seu parecer favorável à Proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião nesta data, de se efetuar o pagamento de dividendos complementares aos acionistas a Companhia à conta o lucro líquido apurado no exercício findo em 31/12/2017, destinado o montante de R\$45.476.820,04 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e vinte reais e quatro centavos), à razão de R\$0,140360556 por ação, a ser pago na forma da Lei, na data de 22/02/2018, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018

Eberson Carlos Costa
ConselheiroFábio Franco Barbosa Fernandes
ConselheiroJosé Caetano de Andrade Minchillo
ConselheiroMárcio Santiago Câmara
Conselheiro**COMITÊ DE AUDITORIA - RESUMO DO RELATÓRIO DO 2º SEMESTRE DE 2017****Introdução**

O Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A., órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atua de forma independente e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras, avaliar a efetividade dos controles internos, da auditoria contábil independente e da auditoria interna.

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares aplicáveis.

A auditoria interna responde pela realização de trabalhos periódicos com foco nos principais riscos a que a Companhia está exposta, avaliando, com independência e objetividade, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação dos controles internos e da governança.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Brasilcap. Avalia, também, a adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações financeiras e a adequação dos controles internos aos riscos suportados pela Companhia.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisitou documentos e informações, promoveu discussões internas. Reuniu-se com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com representantes da Diretoria Executiva e das áreas Financeira, Controles Internos e Compliance, Riscos Corporativos, Societário, Jurídico, Controladoria, Contabilidade, Escritório de Projetos e Governança de TI, Ouvidoria e Produtos. As atividades desenvolvidas, registradas em atas e no relatório semestral, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Em suas reuniões, o Comitê abordou, em especial, os seguintes assuntos: demonstrações contábeis; controles internos e compliance, provisões técnicas, estratégia corporativa; projetos corporativos; conciliação bancária;

ouvidoria; tecnologia e segurança da informação; demandas judiciais; depósitos judiciais; compras e contratações; partes relacionadas; regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e ambiental; auditorias contábil independente e interna; acompanhamento das recomendações oriundas de áreas internas e de entidades externas; relacionamento com a SUSEP; migração do *data center*. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com a auditoria interna e com a auditoria contábil independente, apreciou seu planejamento e acompanhou sua execução, bem como tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, suas conclusões e recomendações.

Revisou as demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório do auditor contábil independente sobre as demonstrações financeiras, com o qual discutiu conclusões e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que: a) o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e à complexidade dos negócios e vem merecendo a atenção permanente da Administração; b) a auditoria interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade. Não obstante, o Comitê entende ser conveniente avaliar as oportunidades de melhoria registradas; c) a auditoria contábil independente é efetiva e suas avaliações apoiam a opinião do Comitê sobre a integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência; d) as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro (RJ), 02 de fevereiro de 2018

Ilenor Eleazar Zingler

Gilberto Lourenço da Aparecida

José Fiel Faria Loureiro

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**Aos Administradores e Acionistas da****BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência estejam livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência a nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma expectativa de lucros que garantam sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas quando registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas (quando existentes) e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2017

Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Provisões Matemática para Capitalização - PMC	9.251.635
Provisão para Resgates - PR	443.988
Provisão para Distribuição de Bônus - PDB	75.104
Provisão de Sorteios para Realizar - PSR	166.039
Provisão para Sorteios a Pagar - PSP	15.431
Provisão Complementar de Sorteios - PCS	3
Outras Provisões	-
Total de Provisões Técnicas Auditadas (A)	9.952.200

Necessidade de cobertura das provisões técnicas	Em Milhares de R\$
Provisões Técnicas (a)	9.952.200
Depósitos Judiciais Redutores (b)	-
Outros(c)	-
Total a ser coberto (a-b-c)	9.952.200

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em Milhares de R\$
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA* (a)	506.556
Capital Base (b)	10.800
Capital de Risco - Subscrição (c)	36.081
Capital de Risco - Crédito (d)	139.408
Capital de Risco - Operacional (e)	26.364
Capital de Risco - Mercado (f)	172.076
Redução por Correlação dos Riscos (g)	-82.093
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	291.836
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	291.836
Solvência: Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a) - (i)	214.720
Índice de Liquidez em relação ao Capital Mínimo Requerido (**)	200,76%

*Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é uma conta que resulta de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

** O índice de liquidez em relação ao CR requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de 20%.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP, que contém Quadros Estatístico, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, acima referidos, da BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018

Mercer Human Resources Consulting Ltda
CNPJ 55.492.391/0001-09 - CIBA 17Cesar Luiz Danielli
Atuarial, MIBA MTB/RJ 824

BRASILCAP**BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Brasilcap Capitalização S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJJosé Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

BALANÇO SOCIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2017 Valor (Mil reais)			2016 Valor (Mil reais)		
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Receita Líquida (RL)				665.328		933.132
Resultado Operacional (RO)				412.284		743.705
Folha de Pagamento Bruta (FPB)				24.498		21.937
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	3.330	13,59%	0,50%	2.931	13,36%	0,31%
Encargos Sociais Compulsórios	9.569	39,06%	1,44%	8.977	40,92%	0,96%
Previdência Privada	73	0,30%	0,01%	443	2,02%	0,05%
Saúde	5.521	22,54%	0,83%	4.832	22,03%	0,52%
Segurança e Medicina no Trabalho	25	0,10%	0,00%	28	0,13%	0,00%
Educação	52	0,21%	0,01%	66	0,30%	0,01%
Cultura	2	0,01%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	213	0,87%	0,03%	111	0,51%	0,01%
Creches ou Auxílio-Creche	156	0,64%	0,02%	178	0,81%	0,02%
Participação nos Lucros ou Resultados	5.635	23,00%	0,85%	5.310	24,21%	0,57%
Outros	696	2,84%	0,10%	817	3,72%	0,09%
Total - Indicadores Sociais Internos	25.272	103,16%	3,80%	23.694	108,01%	2,54%
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação	0	0,00%	0,00%	1.710	0,23%	0,18%
Cultura	2.695	0,65%	0,41%	4.650	0,63%	0,50%
Saúde e Saneamento	1.712	0,42%	0,26%	2.334	0,31%	0,25%
Esporte	680	0,16%	0,10%	1.167	0,16%	0,13%
Outros	1.198	0,29%	0,18%	1.383	0,19%	0,15%
Total das Contribuições para a Sociedade	6.285	1,52%	0,94%	11.244	1,51%	1,20%
Tributos (excluídos Encargos Sociais)	232.058	56,29%	34,88%	393.632	52,93%	42,18%
Total - Indicadores Sociais Externos	232.058	56,29%	34,88%	393.632	52,93%	42,18%
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a Produção/Operação da Empresa	30	0,01%	0,00%	2.229	0,30%	0,24%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	30	0,01%	0,00%	2.229	0,30%	0,24%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corno Funcional						
Nº de Empregados(as) ao Final do Exercício		2017			2016	
Nº de Admissões durante o Exercício		221			214	
Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)		31			32	
Nº de Estagiários(as)		451			384	
Nº de Empregados(as) acima de 45 anos		10			5	
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa		75			63	
% de Cargos de Chefia ocupados por Mulheres		112			113	
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa		45%			48%	
% de Cargos de Chefia ocupados por Negros(as)		44			42	
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais		6,0%			3,2%	
6 - Informações relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		6			7	
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa		2017			Metas 2018	
Número Total de Acidentes de Trabalho		2,3			2,3	
Os Projetos Sociais e Ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à Liberdade Sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A Previdência Privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A Participação dos Lucros ou Resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):	na empresa 9.306	no Procon 31	na Justiça 113	na empresa (*) 9.306	no Procon 20	na Justiça 100
% de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	na empresa 99%	no Procon 35%	na Justiça 26%	na empresa (*) 100%	no Procon 90%	na Justiça 26%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):	Em 2017:	524.655	Em 2016:	860.659		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		100,00%		100,00%		
Governo		41,58%		42,82%		
Colaboradores		10,57%		5,87%		
Acionistas		34,00%		31,15%		
Terceiros		0,45%		0,28%		
Retido		13,41%		19,88%		

7 - Outras informações

(*) Considerando Melhorias nos Processos de atendimento.

- Brasilcap Capitalização S.A. - CNPJ: 15.138.043/0001-05 - Setor econômico: Seguro, Previdência e Capitalização - Rio de Janeiro - RJ;
- Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Denis dos Santos Moraes - Telefone: (21) 3804-2271 - e-mail: rsa@brasilcap.com.br;
- Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção;
- Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente;
- Este balanço social segue o modelo sugerido pelo IBASE;
- As informações não financeiras não foram auditadas;
- O relatório de Informações de Natureza Social e Ambiental foi objeto de revisão de Auditoria Independente, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - nº 1.003/2004; e
- Contador: Jairton Cardoso Guimarães - CRC-RJ 077462/O-4.

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Brasilcap Capitalização S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados pela Brasilcap Capitalização S.A. para apresentar nosso relatório de asseguuração limitada sobre as informações contábeis divulgadas no Balanço Social da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia") relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Brasilcap Capitalização S.A. é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social que foram elaboradas de acordo com o modelo do IBase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e com os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações contábeis divulgadas no Balanço Social, com base no trabalho de asseguuração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguuração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguuração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguuração limitada sobre as informações divulgadas no Balanço Social.

Os procedimentos aplicados compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância das informações contábeis e os sistemas operacionais de controles internos que serviriam de base para a elaboração das informações contábeis divulgadas no Balanço Social; e (b) confronto das informações de natureza contábil e financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Acreditamos que os procedimentos aplicados e as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguuração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguuração razoável. Conseqüentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguuração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguuração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações contábeis constantes no Balanço Social.

Adicionalmente, nosso relatório não proporciona asseguuração limitada sobre o alcance de informações não financeiras ou contábeis apresentadas no Balanço Social.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações contábeis divulgadas no Balanço Social da Brasilcap Capitalização S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o modelo proposto pelo IBase e com os registros e arquivos que serviriam de base para sua preparação.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJJosé Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4